

QUANDO O QUILOMBO É RIO: TERRITORIALIDADES DA PESCA ENTRE QUILOMBOLAS RIBEIRINHOS NO BAIXO TOCANTINS (PA)

WHEN KILOMBO IS RIVER: TERRITORIALITIES OF FISHING BETWEEN RIBEIR CHILDREN IN LOWER TOCANTINS (PA)

CUANDO KILOMBO ES RÍO: TERRITORIALIDADES DE PESCA ENTRE NIÑOS DE CINTA EN TOCANTINAS INFERIORES (PA)

LOPES, Carla Joelma de Oliveira

RESUMO

Propomos uma análise geográfica capaz de pensar a relação entre rio, pesca e pescador no Baixo Tocantins, contudo é a condição espacial experienciada pelo quilombola ribeirinho que nos interessa entender. Procuramos nas tramas espaciais compreender as territorialidades que despontam nesses sujeitos, territorialidades da pesca, onde o rio assume a função pedagógica de forjar o pescador em um processo dialógico no qual o espaço é produto e produtor, palco e condicionante da existência. Para tanto, usamos as lentes dadas pela comunidade de Araquembaua em Baião- PA, por entender que as experiências territoriais dessa comunidade são compartilhadas por outras revelando traços do processo de formação territorial da Amazônia e, ao mesmo tempo, evidenciando uma profunda interlocução entre os que margeiam o Tocantins. O estudo foi realizado entre os anos de 2015 a 2017. Os dados primários foram construídos a partir da pesquisa de campo e os secundários derivam de revisão bibliográfica. As conclusões indicam que, ainda que, enfrentando cotidianamente constantes desafios, os quilombolas ribeirinhos de Araquembaua desenvolveram/desenvolvem estratégias de resistência territorial para garantir a existência.

Palavras-Chave: Baixo Tocantins. Quilombo. Territorialidades da pesca.

ABSTRACT

We propose a geographical analysis capable of thinking the relationship between river, fishing and fisherman in the Lower Tocantins, however it is the spatial condition experienced by the riverside quilombola that we are interested in understanding. We seek in spatial plots to understand the territorialities that emerge in these subjects, territorialities of fishing, where the river assumes the pedagogical function of forging the fisherman in a dialogical process in which space is a product and producer, stage and conditioner of existence. Therefore, we use the lens given by the Araquembaua community in Baião-PA, understanding that the territorial experiences of this community are shared by others revealing traces of the process of territorial formation of the Amazon and, at the same time, showing a deep interlocution between those who border the Tocantins. The study was conducted between 2015 and 2017. The primary data were built from field research and the secondary data derive from literature review. The conclusions indicate that, while facing daily constant challenges, the Araquembaua riparian quilombolas have developed / developed strategies of territorial resistance to ensure their existence.

Keywords: Lower Tocantins. Quilombo. Territorialities of fishing.

RESUMEN

Proponemos un análisis geográfico capaz de pensar la relación entre el río, la pesca y el pescador en el Bajo Tocantins, sin embargo, es la condición espacial experimentada por la quilombola ribereña que estamos interesados en comprender. Buscamos en parcelas espaciales para comprender las territorialidades que surgen en estos temas, las territorialidades de la pesca, donde el río asume la función pedagógica de forjar al pescador en un proceso dialógico en el que el espacio es un producto y productor, escenario y acondicionador de la existencia. Por lo tanto, utilizamos la lente dada por la comunidad de Araquembaua en Baião-PA, entendiendo que las experiencias territoriales de esta comunidad son compartidas por otros que revelan rastros del proceso de formación territorial de la Amazonía y, al mismo tiempo, muestran una profunda interlocución entre quienes bordean los Tocantins. El estudio se realizó entre 2015 y 2017. Los datos primarios se construyeron a partir de la investigación de campo y los datos secundarios se derivan de la revisión de la literatura. Las

conclusiones indican que, mientras enfrentan desafíos constantes diarios, las quilombolas ribereñas de Araquembaua han desarrollado / desarrollado estrategias de resistencia territorial para asegurar su existencia.

Palabras Clave: Baixo Tocantins. Quilombo Territorios de la pesca.

INTRODUÇÃO

O Tocantins é um rio que ocupa uma centralidade importante entre os povos da Amazônia. A nascente fica localizada no planalto de Goiás, mas em seu curso ele atravessa o restante do estado de Goiás, além dos estados do Tocantins e Maranhão, desembocando na Baía do Marajó, no Pará. É um rio caudaloso, imponente, marcado por “[...] perigosas corredeiras, inúmeras cachoeiras e trechos pedregosos, até desembocar em um curso manso em seu trecho final” (NUNES, 2018, p. 14). Suas águas correm do Sul para o Norte atravessando o bioma amazônico e o cerrado.

É um rio-mar que se divide em três trechos, o do Alto, Médio e Baixo Tocantins. Neste último, que se estende de Tucuruí (PA) a foz, o percurso é todo navegável no período da cheia. A diversidade que marca o rio “[...] confere ao meio, do solo à vegetação e à fauna, características específicas. Confere ainda, modos de vida que devem ser percebidos em suas particularidades” (FLORES, 2006, p. 10). Assim, a majestade alardeada só se completa na relação homem-rio. Nele, os povos ribeirinhos encontraram/produziram os elementos que constituíram as bases materiais de sobrevivência, ora por conta dos alimentos que fornece, ora por conta do abrigo, do caminho e da possibilidade de comunicação.

Os recursos ofertados pelo rio, todavia, têm sido disputados das mais variadas maneiras ao longo do tempo. Rio, várzea, floresta, solo e subsolo configuram alguns dos elementos estruturadores dos processos espaciais que compõem as tramas territoriais tecidas no Baixo Tocantins e que tem sido alvo da disputa de inúmeros grupos e interesses diversos.

Na análise geográfica que nos propomos a fazer destacamos a condição espacial experienciada por aqueles que descendem do povo africano que ocupou o Baixo Tocantins, os quilombolas. Os quilombolas representam, sobretudo, os filhos de “[...] gente sem a posse da terra [...] e que, desse modo, reproduzia nesta parte do país a estrutura agrária contraditória, onde quem tem a posse não usa e quem usa não tem a posse” (NAHUM, 2011, p. 83).

Tomamos como exemplo o quilombo de Araquembaua, comunidade localizada no município de Baião (PA) (Figura1), formada por aproximadamente 200 famílias. A principal atividade dos habitantes de Araquembaua é a pesca. São quilombolas ribeirinhos que ocupam ancestralmente essa fração do território amazônico.

Nosso pressuposto é de que as lentes de Araquembaua configuram experiências territoriais compartilhadas por outras comunidades revelando traços do processo de formação territorial da Amazônia e, ao mesmo tempo, evidenciando uma profunda interlocução entre os que margeiam o Tocantins. Mais que isso. Araquembaua exhibe em sua dinâmica territorial os sintomas que abateram os povos do Baixo Tocantins resultado de uma série de políticas de Estado direcionadas a região desde a segunda metade do século XX e que foram responsáveis pela introdução dos Grandes Projetos na Amazônia .

Objetivamos de forma geral compreender esse cenário territorial tomando como ponto de partida para esta análise a dinâmica pesqueira desenvolvida pela comunidade. O estudo foi realizado entre os anos de 2015 a 2017. Os dados primários foram construídos a partir da pesquisa de campo e os secundários derivam de revisão bibliográfica. De lá para cá, permanecemos em diálogo e estamos avançando na construção de novas reflexões.

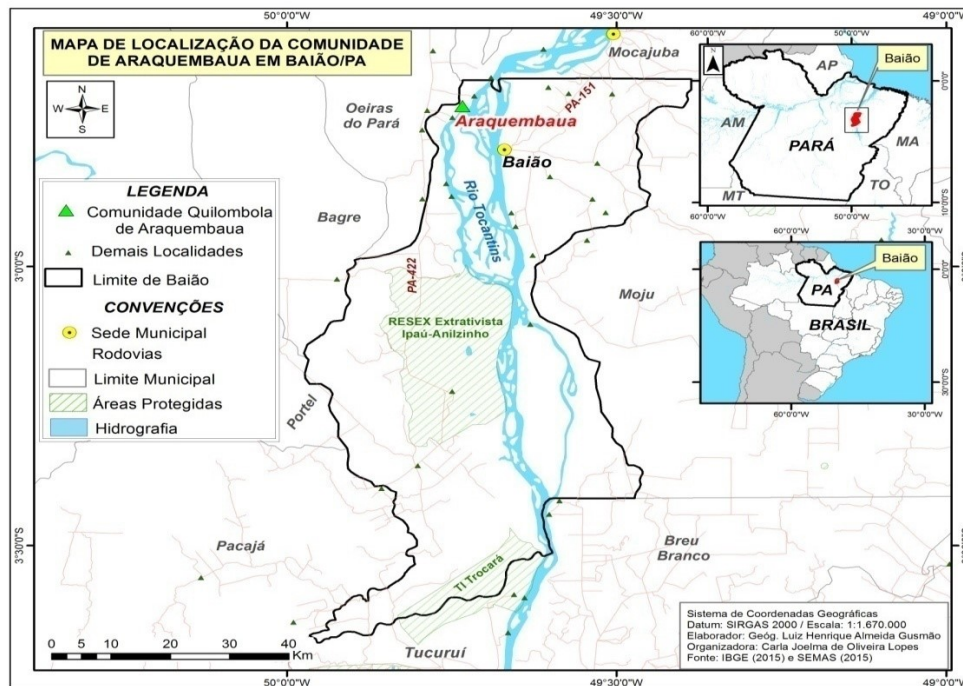


Figura 1: Localização da Comunidade de Araquembaua em Baião - PA

Fonte: IBGE, 2015. Organizado pela autora, 2017.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira procura compreender, do ponto de vista geográfico, o processo de formação territorial que amalgamou quilombolas e o Baixo Tocantins. A segunda mergulha na dinâmica do lugar e busca dar visibilidade ao cotidiano da pesca, principal expressão da relação entre terra, trabalho e família em Araquembaua antes dos Grandes Projetos. A última procura enxergar as mudanças e permanências que se expressam no território quilombola depois da chegada dos Grandes Projetos.

QUILOMBOLAS RIBEIRINHOS

A demarcação das terras quilombolas é um episódio relativamente recente na Amazônia e deriva de mudanças nos marcos legais brasileiros, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu através do artigo 68 do ADCT (Ato de Disposições Constitucionais Transitórias), os direitos territoriais aos remanescentes de quilombos. Contudo, a luta pelo domínio territorial antecede as conquistas no âmbito jurídico. De acordo com Souza (2008, p. 12)

O movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico e político. Traz em seu íntimo uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente em contraponto à lógica escravista.

A conquista legal evidencia, assim, um intenso processo de resistência territorial e a capacidade que os quilombolas conquistaram de recriar suas estratégias territoriais sobrevivendo com ou sem um território físico definido. A titulação quilombola também representou “[...] a garantia da continuidade do homem no seu meio, a preservação da identidade étnica e cultural do grupo, a visibilidade de um modo de vida particular [...]” (LOPES, 2017, p. 64). Mas não somente. A titulação quilombola, como afirma Nahum (2011, p. 80)

[...] é uma conquista. Forjada em séculos de resistência e enfrentamento da dinâmica socioeconômica e de políticas de estado que condenam à extinção gêneros de vida quilombola, ribeirinho, camponês, indígenas, dentre outros, que usam a terra como bem comum, cultivado e cultuado pela comunidade. Portanto, modos de vida que usam a terra/território para viver e não a reduzem a capital.

Esse modo de vida quilombola reúne um conjunto de técnicas e de objetos técnicos que atados ao meio geográfico natural consolidam a relação com o rio e com a terra. Onde as terras de várzea, rios, lagos e

igarapés tornaram-se meios de produção. Onde os atos de criar, cultivar, extrair e produzir são ritmados pelos ciclos mineral, vegetal e animal (NAHUM, 2019). Onde a estrutura fundiária se divide entre uso e posse, onde as epistemologias dos povos originários são negadas, mas contraditoriamente, utilizadas para a materialização do trabalho. Meio, como afirma Tocantins (2000), onde o rio é rua e comanda a vida.

É no meio natural que o quilombola chega ao Baixo Tocantins. Pinto (2015) relata que o entorno do rio foi palco de um intenso processo de formação de quilombos e mocambos. A autora destaca os quilombos do Mola em Cametá, o quilombo de Paxibal em Mocajuba, o quilombo de Igarapé Preto em Baião. Todos configuraram importantes focos de resistência africana contra a escravidão e deles derivaram inúmeros quilombos menores.

O mapeamento das comunidades negras rurais do Pará realizado entre os anos de 1998 e 2000 revelou a densidade da presença negra no Estado (MARIN, CASTRO, 1999). Na ocasião 76 comunidades foram identificadas no Baixo Tocantins, divididas entre os municípios de Baião, Cametá, Mocajuba e Oeiras do Pará. Pouco tempo depois, os dados cedidos por Treccani (2006) exibem um número bem mais expressivo. Em Baião, por exemplo, 24 comunidades quilombolas já haviam sido tituladas, em Mocajuba, havia 11 delas, em Abaetetuba, 18, em Moju, 17, só para citar algumas.

Atualmente uma nova regionalização adotada pelo Estado do Pará identifica o que era antes a Região do Baixo Tocantins ou Território da Cidadania Baixo Tocantins como Região de Integração do Tocantins ou Região Integrada Tocantins (RI Tocantins). É composta por onze municípios, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A somatória da população chega a 803.899 (10% do índice populacional do Pará) e ocupa uma área correspondente a 35.965 km² (IBGE, 2016). O percentual de terras corresponde a 3% do território paraense. Adotaremos, contudo, neste trabalho a denominação mais usual – Baixo Tocantins.

Um levantamento mais recente sobre a população quilombola na região confirma as informações anteriores e dá pistas da longa trajetória de ocupação e formação de quilombos no local, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Levantamento da quantidade de quilombos existentes na RI Tocantins

Municípios do Baixo Tocantins	Quantidade de Quilombos
Baião	34
Cametá	28
Acará	25
Moju	25
Oeiras do Pará	25
Abaetetuba	24
Mocajuba	24
Igarapé-Miri	02
Barcarena	01
Tailândia	00
Limoeiro do Ajuru	00

Fonte: IBGE, 2014. Organizado pela autora, 2017.

O quadro 1, para além de exibir o quantitativo de quilombos existentes no Baixo Tocantins, revela nas entrelinhas o adensamento do processo de reconhecimento étnico das comunidades negras rurais. Os dados atualizados pela Fundação Palmares podem, inclusive, indicar uma adesão mais significativa.

Os quilombolas que margeiam o Baixo Tocantins apresentam dinâmicas diversificadas e tem demonstrado um alto grau de capacidade criativa, de mobilização política e articulação territorial. Constituíram-se em um cenário onde predominou historicamente a exclusão aos recursos do território, a precariedade, o uso de sistemas técnicos obsoletos, a subordinação ao mercado, o isolamento geográfico estratégico, a ausência de políticas públicas. Mas, sobreviveram, principalmente, no diálogo com o rio.

O rio tem sido um mestre. Tem sido condição para a produção e reprodução das práticas pesqueiras e da vida em seu entorno, dessa forma, o espaço produz o homem e o homem produz o espaço. Para Silva (2011, pp. 39-40):

Desde há muitas épocas passadas os seres humanos vêm utilizando os recursos aquáticos como forma de atender suas necessidades materiais. [...]. O pescador, em geral, tem íntima relação com o local onde realiza suas atividades, pois do reconhecimento dos territórios da pesca, repassados de geração em geração, de pescador para pescador, esses indivíduos percebem seus espaços de maneira eficaz, guiando-se por fenômenos naturais, incrementados no momento atual com a utilização de tecnologias mais avançadas [...]

A pesca no rio Tocantins é ancestral. No período colonial os franceses, contrariando o Tratado de Tordesilhas, chegaram à foz do rio com o intuito de explorá-lo em direção ao interior do Brasil. Na Amazônia contaram com o apoio dos Tupinambá, aprenderam a língua e os hábitos indígenas e fundaram feitorias no Médio e Baixo Tocantins. De acordo com Almeida (2013, p. 23) “[...] Os franceses estabeleceram inúmeras colônias de povoamento, dentre as mais destacadas (após São Luís) estava a de Cameté as margens do rio Tocantins”.

Os indígenas foram os primeiros interlocutores entre o rio e os colonizadores. Todavia os escravos africanos que foram deslocados para a região trouxeram conhecimentos da pesca que se associaram aos outros, alargando as epistemologias da pesca. Da cultura africana, de acordo com Diegues (1983), veio a variedade de cestos e de outros utensílios utilizados para a captura dos peixes. Mas não apenas.

O africano trouxe também uma sagacidade própria. Produziu no/e com o rio e em seu entorno, territórios de resistência. Delineou e criou arranjos espaciais. Construiu quilombos e mocambos. Fincou territorialidades próprias e se afirmou como ser vivente que dialoga intensamente com o meio líquido. Recriou laços identitários reproduzindo modos de vida originais dos povos africanos e usou o rio como professor.

A identidade/territorialidade quilombola se uniu a identidade/territorialidade ribeirinha. Santos (1999, p.8) afirma que “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Assim, ocorreu o encontro entre quilombo e rio, quilombola e pescador, constituindo o quilombola ribeirinho. Esse encontro não esteve e nem está livre de tensões, contradições e disputas, não é homogêneo e nem acontece da mesma maneira nos diversos tempos e espaços, mas configura um modo de vida particular, modo de vida onde “[...] conhecimentos e práticas se confundem na vida cotidiana, que é lugar de viver e sobreviver” (PAULA; SUERTEGARAY, 2018, p. 103).

A DINÂMICA DA PESCA EM ARAQUEMBAUA ANTES DOS GRANDES PROJETOS

O município de Baião (PA) comporta 101 comunidades rurais, entre elas, Araquembaua, uma população ribeirinha que associou, por tempos, sua origem histórica e étnica a presença ancestral de indígenas. O nome do lugar resulta de um esforço comum no sentido de reconstituição da memória local, assim, predominou o mito de origem atado no imaginário coletivo a um homem chamado “Araquem” e sua companheira “Baua”.

A narrativa dos moradores não está dissociada da realidade experimentada no Baixo Tocantins, sobretudo, antes da chegada do colonizador europeu. Marin e Castro (1999, p.91), afirmam que “Baião provavelmente vem de um antigo aldeamento, tornando-se um Lugar de Índio que, como os demais no Vale do Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do Diretório dos Índios em 1758”.

Contudo, esse imaginário sofreu alterações nas últimas décadas do século XX. No período, a Amazônia Oriental sentia os impactos da Operação Amazônia deflagrada em 1966. O Estado brasileiro agia na região adotando diversos paradigmas de desenvolvimento e estimulando a exploração desenfreada de recursos que até então não eram reclamados pelo capital de maneira tão contundente. Segundo Nahum (2019, p. 37)

[...] forma-se uma representação de fronteira amazônica enquanto fração do território nacional, cujas riquezas naturais estavam parcialmente aproveitadas em função da baixa densidade técnica e demográfica.

Próteses espaciais foram construídas para atender a demanda produzida entre os que desejavam aproveitar os recursos do solo, subsolo, rios e florestas. A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), apenas para rememorar uma delas, provocou mudanças na vazão do rio Tocantins atingindo pelo menos quatro municípios: Baião, Mocajuba, Cameté e Igarapé-Miri.

Ribeirinhos, indígenas, quilombolas, povos que viviam da atividade extrativista e da agricultura foram os mais atingidos e denunciaram o fato de que a chegada da Usina alterou modos de vida ancestralmente construídos na região. Configurou-se um cenário de conflitos e tensões territoriais marcado por disputas, violência e avanço sobre o território usado.

O processo demandou a organização dos moradores, que passaram a dialogar com outras comunidades e com instituições de defesa dos direitos dos povos tradicionais, entre elas, o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará). O Cedenpa representava o Movimento Negro urbano e promovia uma significativa interlocução entre as demandas da cidade e as do campo. Além disso, procurava divulgar a experiência exitosa de Oriximiná, o primeiro município paraense a titular uma terra quilombola, demonstrando que a titulação das terras quilombolas representava uma perspectiva importante de proteção territorial.

Muitas comunidades rurais que apenas viam seu passado ligado a etnicidade indígena tiveram a oportunidade de ouvir e refletir sobre a ancestralidade negra nos territórios do Baixo Tocantins. Foi o caso de Araquembaua. Em 2000, juntamente com outras 25 comunidades, um documento solicitando a titulação das terras quilombolas foi enviado ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Em 2002 a titulação foi efetivada e a ancestralidade negra passou a compor o imaginário coletivo.

Araquembaua está localizada de frente com a margem esquerda do Rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Itaperuçu, Baixinha e Cupu. O cotidiano ribeirinho demandou a construção de um trapiche - conhecido como Porto da Trindade - para ancoragem das embarcações e deslocamento das pessoas. No passado, era a principal via de acesso a vila (ver Figura 2).



Figura 2: Porto da Trindade. Araquembaua, Baião - PA.

Fonte: Diário de campo, 2015.

A longa escada de mais de 80 degraus foi, por tempos, a trajetória obrigatória dos que precisavam e/ou desejavam acessar a comunidade. A memória ativada dos moradores indica que, gradativamente, formou-se uma vila, elemento que juntamente com outros poucos objetos geográficos marcou a configuração espacial do lugar até o final do século XX.

O contato com o rio e floresta demandou práticas prenches de especificidades. Produzir, cultivar, coletar e criar, associando terra/água, trabalho e família representaram as principais estratégias para a reprodução do grupo, seja pelo autoconsumo ou troca mercantil. A unidade entre terra de trabalho e terra de família, a produção ritmada pelos ciclos mineral, vegetal e animal, a pluriatividade como mecanismo de subsistência dão mostras de como o território foi usado ao longo do tempo, evidenciam aspectos importantes de sua dimensão espacial. De acordo com Nahum (2019, p. 25)

[...]. As formas espaciais são dotadas de conteúdo que se torna testamento, testemunho e condição da existência humana [...]. Toda sociedade é espacialmente determinada. Longe de determinismo geográfico, apenas notamos que a dimensão espacial não pode ser tratada como sinônimo de área ocupada por uma atividade, como se o espaço fosse passivo a qualquer ação e não reagisse [...],

As reflexões do autor indicam o caráter pedagógico do espaço. Ele ensina e aprende, é produto, palco e condicionante da existência. Dessa forma, em Araquembaua, a atividade pesqueira configurou a principal expressão do desenvolvimento do trabalho. Rio e pescador se entrelaçaram. Um aprendendo com o outro,

mediados por inúmeras dimensões simbólicas e espaciais. O profundo conhecimento do ambiente, a intimidade forjada na relação cotidiana, fez do pescador um sujeito ativo e imponente, subordinado, contudo, ao imperativo dos ciclos da água.

Utilizava-se quase que exclusivamente técnicas manuais servindo-se do caniço, linha e anzol, do espinhel, da mocooca, práticas consideradas tradicionais que, apropriadas ancestralmente, sinalizam a densidade das pedagogias da pesca (Quadro 2). O trabalho coletivo era comum. No caso da mocooca, por exemplo, os pescadores isolavam uma área com uma parede de barro colhida do próprio lugar fazendo surgir um lago onde os peixes, presos, ficavam a disposição do grupo.

Quadro 2: Técnicas utilizadas na pescaria tradicional em Araquembaua

Técnicas	Descrição da técnica	Tipo de pescado/ Período
Manual c/caniço	É necessário o uso do caniço (vara), linha e anzol.	Tucunaré, jacundá (verão); Acará (verão);
Manual c/espinhel	O espinhel é formado pela linha principal, Linhas secundárias (alças) e anzóis. A linha do espinhel era colocada no rio com os anzóis e as iscas (na maré, no início da enchente (a água crescendo).	Traira (verão); Caratinga, curimatã, jaraqui, pescada branca (inverno e verão),
Mocooca	Isola-se a área com uma parede de barro colhida no próprio lugar e improvisa-se o surgimento de uma espécie de lago onde o peixe fica cercado por homens e barro.	Jutuarana, aracu, mandubé, apapá (sardá), surubin, filhote, dourada, mandi, pacu, matrixã, piranha branca e vermelha, pirapitinga, mapará, etc. (inverno e verão)

Fonte: Diário de campo, 2015-2016.

As técnicas tradicionais compõem um conjunto de saberes e epistemologias próprias da relação entre rio e pescador, configurando um tipo de pesca artesanal que é típico na Amazônia. Atividade que se dá em profunda relação com a natureza e seus ciclos, que respeita a disponibilidade de recursos naturais e que busca a adequação às práticas culturais desenvolvidas pelo grupo. Dessa forma, a parceria para a realização da mocooca era não apenas necessária, mas assumia uma função de reprodução da existência simbólica e material da comunidade.

Nem todos eram pescadores profissionais, por isso, a pescaria ganhava uma dimensão pedagógica onde o mais velho iniciava o mais jovem. Essa dinâmica, comum entre ribeirinhos indica, segundo Moraes (2005, p. 147) que:

Aprender a pescar pressupõe aprender outros sentidos além do esforço físico de puxar uma rede ou um espinhel. As crianças iniciantes, quando acompanham as pescarias, mesmo não participando efetivamente da captura de peixes, seguramente podem desenvolver outras habilidades, tanto em função de ouvir as conversas dos mais velhos, como também por meio de associações entre o barulho produzido pelos peixes, o cheiro, o movimento das águas, enfim, diversos fatores que advêm da observação acerca do comportamento da natureza, que é desenvolvida à medida que os pescadores vão crescendo e tornando-se mais experientes, sempre tendo num primeiro momento o acompanhamento de um pescador mais experimentado.

A atividade era desenvolvida principalmente pelos homens, o que sinaliza uma divisão sexual do trabalho. Muito embora fosse conduzida pela unidade familiar, o papel da mulher era secundário. Em geral, cabia-lhes o preparo do alimento das famílias. Esse dado indica que a pesca assumia uma função diferenciada dentro da lógica de organização e realização do trabalho. O relato da moradora traz algumas pistas sobre isso:

Eu sou cadastrada como pescadora e recebo junto com meu marido o seguro defeso. Outras mulheres da comunidade também são, mas acho que só eu sei pescar. As pessoas falam que se fossem fazer um teste pra pescador só eu passava. Já fui várias vezes pro rio com os pescadores, acompanhada do meu marido, é claro. Aqui os homens não gostam de misturar mulheres na pescaria. Acham que a mulher pode trabalhar na roça, na criação, na coleta das flores, mas a pesca é só pra homens, só que de alguma forma me aceitam (Trabalho de campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

Esse modo de vida onde as pessoas assumem funções mediadas pelo sexo, pela faixa etária, pelo grau de familiaridade que apresentam com determinada atividade, demonstra que as práticas do trabalho incorporam elementos simbólicos e culturais que são fundantes na relação entre o grupo e seu meio geográfico. Relações mediadas pela produção das técnicas, pelo estabelecimento de estratégias de sobrevivência e intervenção na natureza. "É um modo de vida que considera o tempo da água para a realização da pesca, o tempo da floresta para a caça e o extrativismo e o tempo da terra para a agricultura" (LOPES, 2017, p. 60).

O ribeirão constituiu assim, no estabelecimento de relações profundas com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção que privilegiava a autonomia do grupo, a sobrevivência, a reprodução de suas bases materiais, o bem viver. Todavia como afirmamos alhures, a chegada dos Grandes Projetos, em atendimento aos interesses estatais na segunda metade do século XX, provocou uma mudança substancial na dinâmica pesqueira em Araquembaua. Pescadores e pescaria tiveram que resistir e, não raramente, se reinventar.

RIO, PESCA E PESCADOR DEPOIS DOS GRANDES PROJETOS

Foram vários os projetos direcionados para o Baixo Tocantins. Traziam em comum o discurso de que eram portadores de desenvolvimento. Foi assim que a notícia da construção da UHT chegou a Araquembaua, associada a ideia de progresso, a conquista da energia elétrica (tão esperada por todos!), ao desenvolvimento de serviços de infraestrutura para a comunidade e, fundamentalmente, a possibilidade de emprego para os moradores. Mas, as expectativas ficaram longe de se cumprir, segundo o morador:

Quando começaram a falar da hidrelétrica por essas bandas, agente se animou. Nós pensamos que ia ter energia em Baião, aqui. Agente tá bem na frente de Tucuruí! Mas nada disso aconteceu, só conseguimos luz elétrica em 2007 e por causa do Programa Luz para Todos. Nem em Baião tinha. Lá eles ligavam a luz só de noite, mas de dia não tinha (Trabalho de campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

O campo revelou que a construção da hidrelétrica arregimentou uma parcela considerável da população local. Os jovens, principalmente, migraram para Tucuruí em busca de trabalho com "carteira assinada" provocando um esvaziamento no lugar, entretanto a maioria não permaneceu por muito tempo empregado. De Tucuruí, vários partiram em direção a outros municípios que ofertavam possibilidades de emprego. As migrações não ocorreram por acaso.

Os que ficaram em Araquembaua sofriam os impactos da diminuição do pescado, da perda da cobertura vegetal, da alteração do hidrossistema, do avanço da pesca predatória, das madeireiras e frentes agrícolas. As mudanças foram profundas. Segundo os relatos dos moradores, dezessete espécies de peixe desapareceram com a barragem, dessa forma, pescadores de outras localidades, também impactados pela barragem, passaram a concorrer pelo pescado que restou. Além disso, o governo municipal permitia a presença de barcos de empresas de pesca o que tornou a concorrência pelo pescado muito desigual.

As alterações foram sentidas em todo o município de Baião, pois "[...] a escassez de pescado, propiciada pela construção da UHT, o aumento da exploração dos estoques pesqueiros devido ao crescimento populacional e a grande demanda urbana pelo pescado [...]" (BORDALO; CRUZ, 2011, p. 93) retirou o peixe da mesa do morador de Araquembaua e das demais comunidades rurais. Além disso, as migrações em busca de trabalho impactaram o desenvolvimento das atividades tradicionais como o extrativismo e a agricultura. A resistência se deu através da organização:

Tucuruí foi um desastre pra nós. A comunidade ficou tão feliz com a ideia de que ia chegar energia pra cá, mas só o que aconteceu foi que o nosso peixe sumiu. Agente teve que se associar ao Movimento dos Atingidos por Barragem de tanta coisa ruim que veio. A energia mesmo só chegou mais de vinte anos depois (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 15.07.2016).

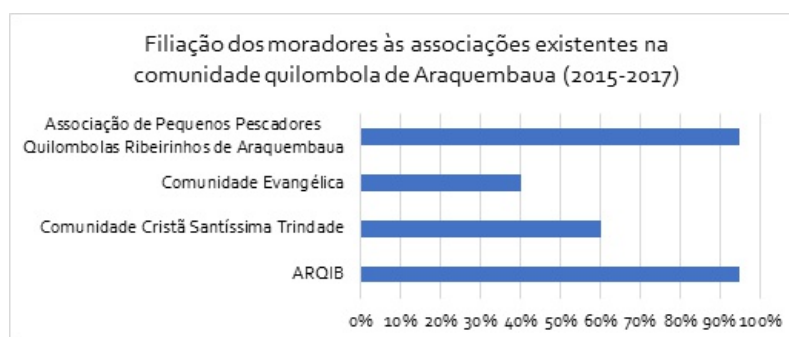
O quilombola ribeirão de Araquembaua, porém, não foi afetado apenas pela barragem. Teve que lidar com o avanço das madeireiras, com os conflitos provocados pela presença de novos personagens em suas

terras, pelo surgimento de interesses alienígenas e pelo profundo reordenamento territorial evocado após a chegada dos Grandes Projetos.

A configuração espacial do quilombo mudou. Novas ruas surgiram, outros objetos geográficos foram incorporados ao lugar, os moradores tiveram que se reinventar. A resistência demandou a adesão a titulação quilombola como estratégia territorial e ao processo de aquilombamento em si, uma vez que, existem setores agrários interessados em desqualificar essas titulações. O gráfico 1 exibe o percentual de moradores filiados às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua entre os anos de 2015 a 2017.

Um olhar mais detalhado sobre o gráfico 1 permite acompanhar o adensamento do processo de resistência territorial desenvolvido, sobretudo, pelos pescadores. A Associação de Pescadores após a titulação quilombola em 2002 passou a se chamar Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua e apresenta uma adesão de aproximadamente 95% dos pescadores locais. A mudança de nome não é apenas simbólica, ela representa a afirmação da identidade étnica quilombola, ainda que esse processo não seja homogêneo ou livre de conflitos.

Gráfico 1: Filiação dos moradores às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua



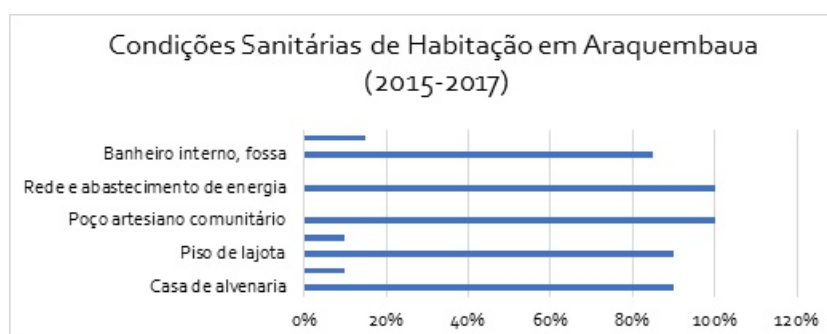
Fonte: Diário de campo, 2017.

De forma semelhante, um percentual aproximado da população de Araquembaua é hoje filiado a ARQIB – Associação dos Remanescentes de Quilombo do Igarapé Preto a Baixinha. A associação tem sido responsável pela representação dos interesses das comunidades, lutando pela defesa dos direitos sociais do povo quilombola. Assim, a titulação quilombola ou

[...] a nova demarcação territorial expressa um processo de apropriação do espaço, onde as dimensões culturais, políticas, simbólicas e identitárias assumem um importante valor, configurando uma estratégia territorial para garantir a permanência e sobrevivência do grupo no território". (LOPES, et al, 2019, p. 44).

O quilombo amalgamado ao rio e a pesca, de tal maneira, permanece sobrevivendo como exemplo de resistência. Lutando por dias melhores, por reconhecimento étnico e cultural, pela superação da desigualdade territorial e, pela consolidação efetiva dos direitos de cidadania. A conquista de políticas públicas tem colaborado para melhorar a condição das moradias (ver gráfico 2)

Gráfico 2: Condições sanitárias de habitação em Araquembaua (2015-2017)



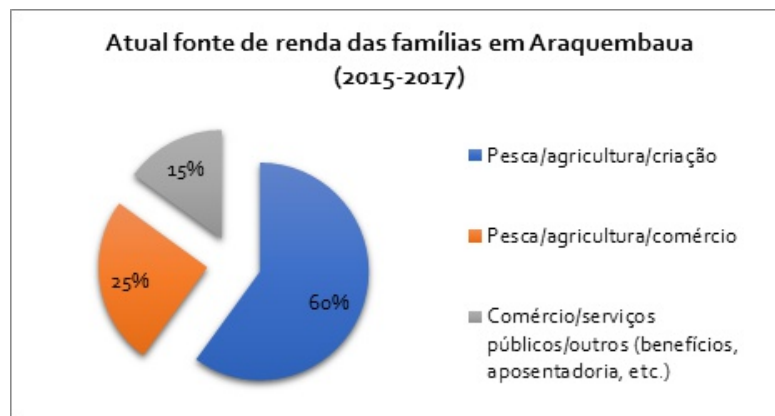
Fonte: Diário de campo, 2017.

O gráfico 2 demonstra que a comunidade atualmente dispõe de água encanada, rede e abastecimento de energia, poço artesiano comunitário, a maioria das casas possui banheiro interno e fossa e já é construída em alvenaria. Parte importante dessas conquistas deve-se a mobilização em torno da associação quilombola.

O caso dos pescadores impressiona. Eles utilizam uma estratégia para melhorar as suas casas. Como as famílias são numerosas, na época do recebimento do seguro defeso eles juntam a quantia recebida e, de forma coletiva, as constroem ou reformam, o que confirma que as práticas de solidariedade, permanecem ativas entre os quilombolas ribeirinhos. Solidariedade que se espalha não apenas no núcleo familiar, mas por toda a comunidade.

O fio condutor de toda essa dinâmica, é preciso recordar, é rio. O ribeirinho utiliza os recursos da natureza para sobreviver, desenvolve a pluriatividade, mas a pesca permanece sendo a principal fonte de renda, ainda que associada a outras. Em Araquembaua, pesca, agricultura e criação representam a maior fonte de renda dos moradores, em seguida a associação entre pesca, agricultura e comércio e, por último, o comércio, os serviços e outros cargos públicos, conforme gráfico 3.

Gráfico 3: Atual fonte de renda das famílias em Araquembaua (2015-2017)



Fonte: Diário de campo, 2017.

Assim, na narrativa local rio, pesca e pescador estão intimamente atados. Do rio se extrai a vida, o ensinamento, o caminho. No rio se encontram as forças para prosseguir. Ele banha não apenas o corpo, mas revigora a alma. Com ele também chega a novidade, a contradição, a esquizofrenia espacial e o estranhamento. Araquembaua experimenta atualmente uma nova situação geográfica.

Ocorreram mudanças semânticas nas relações territoriais. Novos/velhos sujeitos. Novas/velhas demandas. Hoje, a comunidade incorpora temporalidades diferentes, de um lado, dialoga com os estímulos dados pelo tempo do mundo, mas mantém, em grande medida, o tempo lento, respeitando os imperativos da natureza. Permanece o casquinho ancorado no trapiche do pescador esperando por ele durante a madrugada. Mas, a torre da internet, o hi-fi, a sinergia das mídias eletrônicas já demanda a compra da moto, quem sabe do carro.

Sente os efeitos de um movimento territorial que é produtor de territorialidades nem sempre homogêneas. A gestão da propriedade coletiva é um desafio que se ressignifica a cada dia. A titulação quilombola trouxe ganhos, mas também provocou inquietações. A ARQIB conseguiu avanços indiscutíveis, mas muitas das expectativas que se formaram em torno das políticas públicas prometidas ainda não se cumpriram.

Pesca e pescador prosseguem desafiados a cada momento. Não foi apenas o curso do rio que mudou, a configuração espacial da comunidade, a arquitetura das casas ou a dinâmica de participação política. As políticas de Estado e seus Grandes Projetos exigiram um retorno a um passado invisível, passado silenciado pelo medo, pela negação de ser negro, pela adoção da defesa estratégica como principal mecanismo de sobrevivência. O aquilombamento em curso na comunidade de Araquembaua representa alegria e sofrimento. Os ganhos são reais, mas a revisitação da memória apagada recupera episódios traumáticos que a Amazônia sufocou e propositalmente não discutiu.

CONCLUSÕES

A formação territorial da Amazônia Paraense está profundamente atada a episódios dramáticos que envolvem suas populações. A região do Baixo Tocantins é um caso exemplar. Reclamada a partir dos recursos ofertados pelo rio e floresta, sofre seus primeiros abalos ainda no meio natural. O elemento exógeno no processo de colonização territorial subordinou o nativo, imprimiu novos padrões de conduta, forjou a novidade, mas não conseguiu apagar a herança.

Sobreviveram ignorados pela história, pela memória, pelas políticas públicas, inúmeros povos que, como estratégia de resistência e para garantir a reprodução material do grupo, constituíram objetos geográficos encravados entre os rios e a mata. Nasceu o quilombo, o mocambo, novas tribos indígenas. Mas foi o rio que os conduziu, a floresta que os escolheu. Não viviam onde queriam, mas onde podiam, sinalizando o enorme potencial produtor do espaço.

O rio foi o professor, o meio líquido ensinou. A pesca tornou-se a principal atividade dos povos dos rios e florestas. No município de Baião até a segunda metade do século XX, ela era a responsável, quase que exclusiva, pela sobrevivência dos ribeirinhos. Mas, um novo tempo chegou acompanhado de outras racionalidades. A ideia da Amazônia como fronteira a ser amansada, como recurso inesgotável, como espaço areal ávido por investidores e investimentos tal qual Nahum (2019) denuncia, foi recuperada.

A principal estratégia territorial encontrada por comunidades rurais negras baionenses para frear o avanço do capital sobre suas terras foi a titulação quilombola. A titulação trouxe a promessa da garantia do domínio territorial, porém exigiu uma revisitação às origens étnicas de muitos grupos. Caso de Araquembaua onde, até então, a memória da ancestralidade negra estava apagada.

O processo foi doloroso, marcado por conflitos, avanços e recuos. Ser negro, quilombola e ribeirinho representa agregar identidades socioterritoriais tratadas com desprezo historicamente na Amazônia. A conquista da autonomia e do reconhecimento de si tornou-se um imperativo, mas implica conforme Paula (2019) em um processo de promoção da emergência dos sujeitos e dos grupos que habitam o território, desafio ainda a ser cumprido, embora esteja em curso.

A dinâmica pesqueira dos quilombolas de Araquembaua mantém atadas territorialidades que nem sempre são harmônicas, homogêneas ou livres de conflitos. Mas, sem sombra de dúvidas, aglutina pessoas em torno de um projeto de vida que revisita e ressignifica as origens étnicas, as lutas territoriais, o convívio e usufruto do meio líquido e os desafios para o futuro.

O que vemos em nossa base empírica, portanto, é um cenário marcado por tensões territoriais entre os que usam a terra e o rio tradicionalmente e os que os consideram apenas como recurso. A constatação sugere novas investigações. Quem sabe o caminho mais coerente seja o de tentar vislumbrar as marcas destas tensões ao longo do rio-mestre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. C. **O papel da pesca na eficiência reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins: o caso do município de Mocajuba – PA.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2013. 121 f. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

BORDALO, C. A. L.; CRUZ, M. N. Territorialidade e gestão dos recursos de uso comum no Baixo Tocantins: o caso dos acordos de pesca em Jaracuera Grande-Cametá/PA. In: SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N. (Org). **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira.** Belém: GAPTA/UFGPA, 2011. pp. 91-103

DIEGUES, A. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil.** Belo Horizonte: Programa de pós-graduação em História - PPGHIST/UFMG, 2006. 202 f. Tese de doutorado em História.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento das comunidades quilombolas do Estado do Pará.** 2014.

LOPES, C. J. O. **O território quilombola de Araquembau, Baião-PA.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2017. 141 f. Dissertação de mestrado em Geografia.

LOPES, C. J. O. SOUZA, C.; MASCARENHAS, M. D. M. S.; SENNA, D. Ol.. Identidade Territorial na Amazônia Paraense. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs). **Produção Espacial e Dinâmicas Socioambientais no Brasil Setentrional.** Belém: GAPTÁ/UFPA, 2019. pp. 43-69.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. R. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v 2, n 2, pp. 73-106, dez, 1999.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste.** Belém: EDUFPA, 2005.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia Paraense. **Campo Território:** revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, pp. 79-103, ago., 2011

NAHUM, J. S. Notas sobre a formação territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs). **Produção Espacial e Dinâmicas Socioambientais no Brasil Setentrional.** Belém: GAPTÁ/UFPA, 2019. pp. 23-42.

NUNES, F. Al. Domingos Soares Ferreira Penna e os indicativos de uma moderna plantação no Vale do Tocantins Oitocentista: o rio, o agente público, a natureza e as populações. In: NUNES, F. Al. (Org). **Nas margens do Tocantins: história, memória e ambiente amazônico.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. pp. 13-35.

PAULA, C. Q.; SUERTEGARAY, D. M. A. Modernização e pesca artesanal brasileira: a expressão do "mal limpo". **Terra Livre.** São Paulo, v. 1, n 50, pp. 97-130, 2018.

PINTO, B. C. M. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J.; NUNES, F. A. **Historiografia: novos debates, novas perspectivas.** Cametá: UFPA, 2015. pp. 24-42.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia.** São Paulo, v1, n.1, pp. 7-13, 1999.

SILVA, C. N. Percepções ambientais-territoriais de pescadores artesanais do estuário amazônico. In: SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N. (Org). **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira.** Belém: GAPTA/UFPA, 2011. pp. 39-52.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se.** Panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. Universidade de Brasília, 2008. 204 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida.** Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TRECCANI, G. D. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação.** Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.